

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

EM

DIREITO PÚBLICO



**CAMPO GRANDE/MS
2022**



**ESCOLA DE DIREITO
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**





**Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Público da
Escola de Direito do Ministério Público – EDAMP em parceria com o
Centro Universitário UNIGRAN Capital**

1. Identificação do Curso:

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Público

Área do Conhecimento: Direito

Carga horária: 400 horas

Período: Início do curso em 11 de junho de 2022 e término em 15 de novembro 2023

Número de vagas: 30 (trinta)

2. Sobre o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Público

A presença do Estado nas mais diversas relações jurídicas é fenômeno que vem crescendo a cada dia no Brasil. O amplo rol de direitos consagrados no nosso texto constitucional, a inter-relação entre o Direito Constitucional e todos os demais ramos do Direito, fruto da chamada constitucionalização do Direito, e mesmo o fato da Administração Pública figurar como maior litigante judicial no país, evidenciam que a compreensão teórica e prática dos variados ramos nos quais vige o regime jurídico de direito público é fundamental para a atuação profissional e análise crítica de qualquer jurista.

É nesse sentido que um estudo aprofundado em disciplinas jurídicas que integram o ramo chamado, comumente, de “Direito Público”, mostra-se tarefa essencial para um conhecimento da situação do Direito brasileiro contemporâneo.

Paradoxalmente a essa relevância do Direito Público, apura-se, ainda hoje, o destaque quase que exclusivo conferido nos cursos de graduação e pós-graduação ao binômio do Direito Civil e do Direito Penal.

Desta maneira, importantíssimas temáticas afetas ao Direito Administrativo, Tributário, Financeiro, à Fazenda Pública em Juízo ou mesmo Constitucional acabam sendo tratadas de forma superficial, privando os operadores do direito de atuarem de maneira



diligente nessas áreas, bem como afastando a construção de posicionamentos críticos sobre o papel atual do Estado nas suas diversas relações jurídicas com a sociedade.

Nessa linha, o curso de pós-graduação em Direito Público oferecido pela EDAMP objetiva a discussão e a reflexão crítica e continuada sobre alguns ramos do Direito no qual o interesse público, a figura do Estado e o regime jurídico de direito público estejam presentes. A proposta reside em compreender as temáticas nucleares envolvendo essas disciplinas, realizando-se um diálogo entre os seus institutos e conceitos clássicos e as visões contemporâneas sobre o assunto, que por vezes reformulam velhos conceitos ou, ao menos, conferem uma nova interpretação a eles.

A abordagem dos temas é feita por módulos contendo conhecimentos gerais e específicos sobre alguns dos principais ramos que compõem o Direito Público: Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Financeiro e Processual Civil aplicado ao Poder Público.

Os encontros presenciais transitam entre os aspectos teóricos essenciais e casos práticos com situações reais. A metodologia de ensino prima pela exposição aprofundada de todos os temas da área pública e é realizada pelo corpo docente composto por profissionais que agregam formação acadêmica de referência, mestres e doutores, e experiência prática nas áreas e temáticas do curso, sempre no intuito de aplicação e contextualização prática do conteúdo teórico apresentado nas aulas expositivas.

O projeto pedagógico foi desenvolvido pela Escola de Direito do Ministério Público – EDAMP, que veio a substituir a tradicional Fundação Escola Superior do Ministério Público - FESMP, que, para se adequar à atualização da legislação civil, foi sucedida pelo atual modelo educacional igualmente vinculado à Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público.

A EDAMP é uma escola com o compromisso com o conhecimento, com a aprendizagem e com a transformação da sociedade, sendo uma referência no Estado de Mato Grosso do Sul pela qualidade e excelência dos projetos pedagógicos desenvolvidos. A missão da Escola é formar cidadãos conscientes, comprometidos e instrumentalizados para o trabalho em prol do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária.

A escola e o projeto contam com um corpo docente de destacada qualificação, composto exclusivamente por mestres e doutores com reconhecida experiência prática em todas as temáticas abordadas nos cursos de pós-graduação que oferta, primando pelos valores da excelência intelectual e profissional, com ética e integridade.

A pós-graduação em Direito Público oferecida pela EDAMP é uma realização em conjunto com o Centro Universitário Unigran Capital, cumprindo todas as normas e exigências do MEC na validade do título ao final expedido de “*pós-graduado lato sensu em direito público*” aos alunos que concluírem o curso. A escolha pela instituição de ensino superior para a parceria e certificação do curso se deu pelo fato de a Unigran Capital ter atingido, consecutivamente nos quatro últimos ciclos avaliativos do MEC, o maior Índice Geral de Cursos - IGC de Mato Grosso do Sul, ficando à frente de todas as instituições de ensino superior públicas e privadas do estado. O IGC é uma métrica fundamental do MEC de avaliação institucional dos cursos superiores no país, o que eleva o peso do certificado de especialista ao final expedido aos alunos da pós-graduação.

3. Objetivos do curso

3.1 Objetivo Geral

Possibilitar a formação de pós-graduados *lato sensu* em Direito Público, atendendo à necessidade de capacitação e especialização dos profissionais, desenvolvendo habilidades práticas e críticas no que tange às relações e conflitos envolvendo o regime jurídico de direito público e a participação do Estado, de modo que haja uma ampla compreensão das principais disciplinas que compõem esse ramo do Direito.

3.2 Objetivos Específicos

Permitir que o aluno tenha uma visão ampla, sistematizada e completa dos temas relacionados ao Direito Público, sob uma perspectiva de autores clássicos e contemporâneos, e, em especial:

- Incentivar a compreensão dos temas essenciais referentes ao Direito Administrativo, Tributário, Constitucional, Financeiro e Processual Civil aplicado ao Poder Público;
- Ministrar conteúdo teórico pertinente ao tema, bem como fomentar a discussão e a atualização de conhecimentos para profissionais da área jurídica, com vistas ao entendimento da função e finalidade das disciplinas jurídicas integrantes do Direito Público;

- Trazer à tona os debates mais atuais sobre institutos consagrados das disciplinas do Direito Público, analisando se o seu conteúdo permanece o mesmo ou, pelo contrário, merece uma releitura diante do atual ordenamento jurídico;
- Desenvolver um estudo sistematizado dos ramos do Direito Público, demonstrado a sua inter-relação e dependência, tendo sempre como foco a interpretação conferida à luz da Constituição;
- Qualificar profissionais com vínculo laboral com o Estado em suas diferentes esferas e áreas de atuação, contribuindo para o aprimoramento da prestação do serviço público e com a eficiência da administração pública em geral.

4. Competências

A pós-graduação em Direito Público tem a proposta de qualificar todo aquele que trabalha ou deseja trabalhar com questões relacionadas a aplicação prática dos temas que compõem esse ramo do direito. Ela é pensada tanto para o egresso atuante no setor privado, em especial a advocacia, mas principalmente com maior ênfase para o agente público, que precisa, direta ou indiretamente, estar tomando decisões que demandem o conhecimento jurídico dos diversos temas do direito público. Deste modo, o curso se propõe a desenvolver as seguintes competências nos alunos:

- a) **interação social e troca de experiências:** um dos pontos de destaque da Pós-Graduação em Direito Público oferecida pela EDAMP é que, por ser presencial e contando com destacado corpo docente, ela permite uma constante troca de informações e experiências entre os alunos e entre esses e os professores. O experiente corpo Docentes estimula a constante participação dos alunos durante as aulas, sendo que a interação é aprimorada quando se apura que o perfil dos egressos é bastante plural, contendo tanto alunos da área privada como pública, e, dentro dessa, das mais variadas carreiras: auditores, procuradores, promotores, magistrados, defensores, assessores jurídicos, advogados etc. Além disso, o Curso permite ainda o envolvimento entre aluno e professor, o que amplia ainda mais o intercâmbio de experiências. Estando o curso neste ano de 2022 com as inscrições abertas para a 9ª turma de ingresso, essa é uma experiência consolidada e destacada pelos egressos das turmas que se formaram desde 2018 pela EDAMP.

- b) **aprimoramento por meio de atualização legislativa e jurisprudencial:** as temáticas tratadas em sala buscam sempre tratar de temas relevantes e atuais, trazendo ao aluno as decisões judiciais mais recentes e as novidades legislativas. Tais conhecimentos são fundamentais para os que laboram com o Direito Público, sendo impensável nos dias atuais que advogados ou agentes públicos não estejam atualizados com o que há de mais recentes em termos de jurisprudência e atos normativos.
- c) **aprimoramento e aquisição de capacidades básicas:** Durante a trajetória das nossas turmas da Pós-Graduação de Direito Público já tivemos alunos formados em Economia, Contabilidade, Administração, Letras, Engenharia dentre outros, mas que, ao estarem atuando na área pública, necessitavam de um embasamento acerca das principais disciplinas que regem o Direito Público. Assim, as aulas sempre transitam da apresentação de conceitos básicos até debates mais complexos e aprofundados. Deste modo, o curso oferece aos alunos que não tenham nenhuma familiaridade com a disciplina, mesmo àqueles que não tenham formação jurídica, uma base conceitual mínima para que haja um maior aprimoramento acadêmico e profissional no que tange ao conteúdo aprendido.
- d) **aprofundamento teórico e doutrinário:** a Pós-Graduação em Direito Público preza pelo aprofundamento das bases teóricas de todas as disciplinas, abordando nas aulas ministradas sempre as lições dos autores clássicos e mais importantes sobre as temáticas. O curso é pensado sob a premissa de que sem que se conheça as discussões doutrinárias e dos pesquisadores mais destacados sobre o tema, não é possível compreender o *porquê* da realidade e da prática da Administração Pública.
- e) **visão multidisciplinar:** a pós-graduação é voltada para que as disciplinas que envolvem o Direito Público se comuniquem. Ainda que de maneira inconsciente, todos aqueles que lidam com a interpretação e aplicação de normas jurídicas de determinado ramo, acabam por também interpretar e aplicar normas de diversos outros ramos. Um auditor-fiscal, por exemplo, não pode se limitar a conhecer Direito Tributário, sendo necessário um sólido conhecimento de Direito Administrativo para conhecer as regras e limites sobre a lavratura de autos de infração, a competência para realizar o ato, os princípios que norteiam sua atividade, dentro diversas outras questões que envolvem o regime jurídico-administrativo. Ademais, não é possível atualmente que uma norma jurídica seja aplicada sem se verificar a sua compatibilidade com a Constituição, o que demanda bases bem estruturadas de um conhecimento sobre Direito Constitucional. Esse singelo exemplo ilustra a premissa do Curso, de que os profissionais exigidos pelo mercado e pela Administração Pública são

aqueles que conjugam um conhecimento multidisciplinar, não estando limitados a uma disciplina básica.

- f) **aplicação teórico-prática:** o Curso busca conjugar aspectos teóricos com casos práticos. Tanto no conteúdo das aulas, que sempre trabalham com esse binômio (teoria-prática), como nas atividades avaliativas a serem desenvolvidas, a teoria é pensada como meio fundamental para se resolver problemas práticos. Espera-se, portanto, que o aluno, ao final do curso, seja capaz de utilizar o vasto arcabouço teórico ensinado para resolver, na sua atuação profissional, problemas práticos de uma maneira otimizada.
- g) **desenvolvimento de pesquisa, redação e resolução de problemas:** o sistema de avaliação das disciplinas do Curso é estruturado na forma de questões a serem respondidas pelos alunos após o término das disciplinas. Deste modo, desenvolve-se nos alunos a atividade de pesquisa, uma vez que se exige que as respostas sejam fundamentadas e estruturadas por meio de indicação bibliográfica. Além disso, grande parte das questões a serem pesquisadas se referem a casos práticos que demandam soluções e a apresentação de uma adequação da teoria na prática. Por fim, essas atividades demandam uma resposta coerente e bem fundamentada, o que aprimora a redação e escrita dos alunos.
- h) **construção de um pensamento crítico:** o Curso tem por norte desenvolver um pensamento crítico nos alunos. A Pós-Graduação foca tanto em expor as regras jurídicas e como são aplicadas na prática, mas, indo além disso, desenvolver no egresso a capacidade de se questionar se os modelos adotados estão funcionando devidamente e se não há formas de se aprimorar o funcionamento da Administração Pública. Espera-se que ao final do Curso o aluno seja capaz de problematizar as situações práticas vivenciadas no seu cotidiano, buscando soluções que sejam eficientes e juridicamente adequadas.
- i) **aprendizado de pesquisa e elaboração de trabalhos com rigor científico:** as aulas de metodologia que compõem o currículo do curso apresentam ao aluno as ferramentas e métodos para a elaboração de trabalhos científicos. Indo mais além, auxilia os discentes a desenvolverem suas atividades funcionais com maior rigor científico, seja na estruturação e redação dos textos que tenham que redigir, seja na forma de se fundamentar e pesquisar para se chegar à solução buscada para o problema que enfrentam.

5. Estrutura Curricular e Referências Bibliográficas

A estrutura curricular é composta pelas disciplinas indicadas com a ementa e as referências bibliográficas:

a) Direito Constitucional Contemporâneo

Ementa: Teoria da Constituição. Constitucionalismo. Teoria do Poder Constituinte. Mutações constitucionais. Norma constitucional no tempo. Hermenêutica constitucional. Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos fundamentais em espécie. Princípios constitucionais: princípios, regras e postulados. Direitos políticos; Controle de Constitucionalidade; Remédios Constitucionais.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Humberto. Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 19ª ed., 2019.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional contemporâneo. Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo; Rio de Janeiro: Saraiva, 10ª ed., 2022.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 17ª ed., 2022.

SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz G.; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 11ª ed., 2022.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Juspodivm, 44ª ed., 2022.

b) Direito Administrativo Contemporâneo

Ementa: Regime jurídico do Direito Administrativo: princípios aplicados à Administração Pública; Administração pública e organização: órgãos e Administração Indireta; Terceiro



Setor; Concessões e Permissões; Poder de Polícia e Poder Regulamentar; Discricionariedade e Vinculação dos atos administrativos; Responsabilidade do Estado; Licitações e Contratos; *Compliance*.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

CABRAL, Flávio Garcia; SARAI, Leandro. Manual de Direito Administrativo. Leme: Mizuno, 2022.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 36. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2022.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de Direito Público. 5. ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2011.

c) Direito Processual e a Fazenda Pública em Juízo

Ementa: Poder Público em Juízo; Advocacia Pública; Prerrogativas processuais do Poder Público; Honorários advocatícios e valores processuais; Execução Fiscal; Ação Monitória e Execução contra o Poder Público; Poder Público e juizados especiais; Tutela provisória contra o Poder Público; Arbitragem, Mediação, negócios jurídicos processuais e o Poder Público.

Referências Bibliográficas

BUENO, Cassio Scarpinella. Manual do Poder Público em Juízo. São Paulo: Saraiva, 1a. ed., 2022.



CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em juízo. 26. ed. rev., atual e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2022.

DIDIER JR., Fredie. BRAGA, Paula Sarno. OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 18. ed.- Salvador: Ed. Juspodivm, 2022.

SUNDFELD, Carlos Ari; BUENO, Cássio Scarpinella. Direito Processual Público: a Fazenda Pública em juízo. São Paulo: Malheiros, 2000.

BARROS, Guilherme Freire de Melo. Poder Público em Juízo. São Paulo: Ed. Juspodivm, 12a ed., 2022.

d) Direito Tributário Contemporâneo

Ementa: Teoria do Direito Tributário; Princípios constitucionais tributários; Imunidade, isenção e não-incidência tributárias; Regra Matriz de Incidência Tributária; Obrigação Tributária; Decadência e prescrição tributárias; Responsabilidade tributária; ações tributárias.

Referências Bibliográficas

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. São Paulo: Malheiros, 19ª ed., 2021.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 24ª ed., 2021.

CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 33ª ed., 2021.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 31ª ed., 2021.

AVILA, Humberto Bergmann. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva, 5ª ed., 2013.

e) Direito Financeiro Contemporâneo

Ementa: Atividade financeira do Estado; Princípios constitucionais de Direito Financeiro; Despesa Pública; Receita Pública; Orçamentos públicos. Dívida Pública. Empréstimos públicos. Lei de Responsabilidade Fiscal. Fiscalização financeira e orçamentária. Tribunais de Contas. Mecanismos de controle interno e externo das contas públicas. Prestação de contas.

Referências Bibliográficas

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 25ª ed., 2021.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: RT, 9ª ed., 2020.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 20ª ed., 2018.

BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. Rio de Janeiro. Forense, 2016.

CABRAL, Flávio Garcia. O Tribunal de Contas da União na Constituição Federal de 1988. São Paulo: Verbatim, 2014.

f) Metodologia da pesquisa científica e Trabalho de conclusão de curso

Ementa: Introdução ao planejamento da pesquisa científica (finalidades, tipos, etapas, projeto e relatório). Orientação para apresentação pública de trabalhos de pesquisa. Elaboração de monografias e textos científicos. Orientação para a realização do trabalho de conclusão de curso.

Referências Bibliográficas

ECO, Umberto. 2006. Como se faz uma tese. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2020.



QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (Coord.); Feferbaum, Marina (Coord.); Metodologia da Pesquisa em Direito - Técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 2022.

CARVALHO, Salo. Como não se faz um trabalho de conclusão de curso: provocações úteis para orientadores e estudantes de direito. São Paulo: Saraiva, 3ª ed., 2015.

BEAUD, Michel. A arte da tese. São Paulo: Ed. Bestbolso, 2014.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (Coord.); Feferbaum, Marina (Coord.). Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Saraiva, 2012.

6. Distribuição das disciplinas do curso, carga horária e docente titular

Disciplina	Carga Horária	Professor Titular
Direito Constitucional Contemporâneo	70 h	Msc. Kellyne de Almeida
Direito Administrativo Contemporâneo	70 h	Dr. Flávio Garcia Cabral
Direito Processual e a Fazenda Pública em Juízo	70 h	Dr. Vilson Bertelli
Direito Tributário Contemporâneo	70 h	Msc. Claine Chiesa
Direito Financeiro Contemporâneo	70 h	Msc. Thais Chavier
Metodologia da pesquisa científica e Trabalho de conclusão de curso	50 h	Dr. Flávio Garcia Cabral

TOTAL 400 h

A realização do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Público proporcionará ao estudante cursar 400 horas, distribuídas em encontros presenciais aos sábados com aulas integralmente expositivas, ministradas por professores com titulação de mestres e doutores, bem como atividades remotas orientadas pelo corpo docente na respectiva aula, as quais são distribuídas nas atividades extra sala de estudo dirigido, avaliação, pesquisa, leitura e confecção de trabalhos escritos para serem realizados durante os intervalos entre os encontros.

7. Avaliação



A avaliação será feita por disciplina, a critério do professor titular e expressa em valores de 0 a 10. Será considerado aprovado o participante que, ao final do curso, cumprir as seguintes exigências:

- Frequência mínima de 75% em todas as disciplinas;
- Nota igual ou superior a 7,0 em todas as disciplinas;

8. Certificação

A pós-graduação em Direito Público oferecida pela EDAMP é uma realização em conjunto com o Centro Universitário Unigran Capital, cumprindo todas as normas e exigências do MEC na validade do título ao final expedido de “*pós-graduado lato sensu em direito público*” aos alunos que concluírem o curso. A escolha pela instituição de ensino superior para a parceria e certificação do curso se deu pelo fato de a Unigran Capital ter atingido, consecutivamente nos quatro últimos ciclos avaliativos do MEC, o maior Índice Geral de Cursos - IGC de Mato Grosso do Sul, ficando à frente de todas as instituições de ensino superior públicas e privadas do estado. O IGC é uma métrica fundamental do MEC de avaliação institucional dos cursos superiores no país, o que eleva o peso do certificado de especialista ao final expedido aos alunos da pós-graduação.

9. Coordenação Pedagógica

A coordenação acadêmica do curso de pós-graduação em Direito Público é exercida pelo Dr. Flávio Garcia Cabral, que, resumidamente, possui as seguintes qualificações acadêmicas: Pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR (2019). Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2017). Mestre em Derecho de Daños pela Universitat de Girona - UDG, Espanha (2014). Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RIO (2011). Especialista em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2013). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2009). Professor de Direito Administrativo, Tributário e Constitucional em cursos de graduação e pós-graduação. Coordenador acadêmico e Professor do curso de Pós-graduação em Direito Público pela Escola de Direito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (EDAMP). Coordenador do



Departamento de Direito Administrativo e Constitucional aplicado da Escola Judiciária do TRE/MS. Diretor Estadual do Centro de Altos Estudos da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Mato Grosso do Sul. Coordenador da Escola da AGU-MS. Membro da Comissão de Direito Administrativo da OAB/MS. Membro fundador do IDASAN. Diretor Acadêmico do IDAMS. Membro associado do IDARJ. Ex-Advogado da União. Ex-Procurador-Chefe da Fazenda Nacional em Mato Grosso do Sul. Procurador da Fazenda Nacional, atualmente exercendo a função de Subprocurador-Chefe da PFN/MS. Autor dos livros "O Tribunal de Contas da União na Constituição Federal de 1988" (Editora Verbatim) e "O conteúdo jurídico da eficiência administrativa" (Editora Fórum). Seu currículo lattes pode ser encontrado em: <http://lattes.cnpq.br/6700366828354028>

10. Corpo docente e mini currículo

O corpo docente é composto por Professores locais e de outros Estados, todos com titulação mínima de Mestre, experiência docente e atuação profissional. Grande parte dos nossos professores são docentes em instituições de referência, como USP, PUC-SP; UFPR; PUCPR, dentre outras, além de autores de livros e artigos jurídicos.

a) José Paulo Baltazar Júnior

É Oficial Registrador Titular da 3a. Circunscrição de Registro de Imóveis de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, após ter sido aprovado em primeiro lugar no IV Concurso para Outorga de Delegações de Notas e Registro daquele Estado. Foi Juiz Federal entre 1994 e 2015. Foi primeiro colocado no Concurso para Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em 1994. Foi Juiz Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (2000-2001) e Juiz-Corregedor junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª. Região (2001-2003) onde atuou, em múltiplas oportunidades, como Juiz Convocado. Foi Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (2008-2010). Ex-bolsista da Comissão Fulbright no Programa Humphrey, junto à American University, em Washington, DC (2010-2011) e da Baden-Württemberg Stiftung (2006).

Doutor (2009) e Mestre (2003) em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou, ao longo do ano de 2007, estágio de doutorando junto à Universidade Ludwig-Maximilian, em Munique, Alemanha, sob os auspícios da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e do DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst). Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993). É Especialista em Direito Penal pela Universidade de Brasília em convênio com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (2000). Coursou LLM em



Direito Internacional dos Direitos Humanos pela American University-Washington College of Law.

b) Heraldo Garcia Vitta

Juiz Federal aposentado;
Doutor e Mestre em Direito Administrativo (PUC-SP);
Advogado.

c) Ricardo Marcondes Martins

Procurador do município de São Paulo;
Doutor e Mestre em Direito Administrativo (PUC-SP);
Professor do curso de Direito (graduação e pós-graduação) da PUC-SP;
Autor de diversas obras.

d) Carolina Zancaner Zockun

Procuradora da Fazenda Nacional;
Pós-doutora em Democracia e Direitos Humanos pela Ius Gentium Conimbrigae (Un. Coimbra);
Professora de Direito (graduação e pós-graduação) da PUC-SP.

e) Clélio Chiesa

Possui graduação em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (1992), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Atuou como professor nos Cursos de Pós-Graduação em Direito Tributário da PUC/COGEAE/SP e FGV/SP. Atualmente é professor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário-IBET e professor titular da Universidade Católica Dom Bosco. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário, Constitucional e Administrativo.

f) Francisco Pedro Jucá

Livre Docência em Direito Financeiro pela Universidade de São Paulo - USP em 2013; Pós-Doutorado em Direito Social pela Universidade Nacional de Córdoba - Argentina em 2015; Pós-Doutorado em Direito Público pela Universidade de Salamanca - Espanha em 2013; Doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo - USP em 2000; Doutorado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP em 1997; Mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Pará - UFPA em 1990. Professor Titular da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP; Professor Convidado da Escola Paulista de Magistratura do TJ/SP.

g) Emerson Gabardo

Professor Titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade



Federal do Paraná. Pós-doutor em Direito Público Comparado pela Fordham University School of Law - N.Y. Doutor em Direito do Estado pela UFPR, com estágio de doutoramento na Universidade Clássica de Lisboa. Mestre em Direito do Estado também pela UFPR. Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Diretor Executivo do NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais da Universidade Federal do Paraná. Membro do Conselho Editorial da Editora Fórum, da Editora Íthala e da Editora Contracorrente. Autor das obras Interesse Público e Subsidiariedade: o Estado e a Sociedade Civil para além do bem e do mal, Fórum (2009), Eficiência e Legitimidade do Estado, Manole (2003), e Princípio Constitucional da Eficiência Administrativa, Dialética (2002), entre outras.

h) Desembargador Vilson Bertelli

Doutor em direito processual civil pela Universidade de São Paulo – USP, é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul; professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; professor da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul – Ejud; Diretor da Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso do Sul – Esmagis.

i) José Roberto Tioffi Jr

Advogado expert em Contratações Públicas Municipais. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Direito pela UniCESUMAR. Pós-Graduado em Direito Público e em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera (Uniderp). Professor da Escola Superior de Advocacia do Paraná (ESA/PR) em cursos de Licitações e Contratos. Professor convidado da EDAMP - Escola de Direito do Ministério Público, no curso de Pós-Graduação em Direito Público na disciplina Planejamento Orçamentário nas Contratações Públicas. Professor convidado por várias Instituições de Ensino Superior em Cursos de Pós-Graduação em disciplinas sobre Licitações e Contratos, Administração Pública e Improbidade Administrativa. Professor visitante na University of Florida - USA - Frederic G. Levin College of Law (2018). Autor do livro: "Orçamento Público: Investimentos em educação como forma de efetivação dos Direitos da Personalidade" e Co-autor dos livros: "Logística no Setor Público" e "Lei das Empresas Estatais: Responsabilidade empresarial e o impacto para o desenvolvimento econômico nacional". Organizador da Coletânea Legislação "Licitações e Contratos" do Portal LM. Consultor e facilitador credenciado do SEBRAE/PR nas áreas de Políticas Públicas e Legislação Aplicada às ME/EPP. Palestrante e Parecerista. Membro do IAP - Instituto dos Advogados do Paraná. Membro da Comissão de Gestão Pública e Controle da OAB/PR. Membro da Comissão de Compliance da OAB Maringá

j) Alessandro Carlo Meliso Rodrigues

Juiz de Direito em Mato Grosso do Sul;
Mestre em Ciências Jurídicas (Univ. de Lisboa);
Especialista em Dir. do Estado;
Diretor Geral da ESMAGIS.



k) Ronaldo Chadid

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Especialista em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP; Especialista em Direito Civil e Empresarial pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação/UCDB; Cursou MBA em Gestão Pública pela Uninter de Curitiba/PR; Mestre em Direito do Estado pela Universidade de Franca/SP; Doutor em Função Social no Direito Constitucional pela FADISP; Doutorando em Direito Administrativo pela Universidade de Salamanca/Espanha. Foi Advogado, Delegado de Polícia Civil do Estado do Paraná, Promotor de Justiça e Procurador de Contas. Na área acadêmica, atuou como professor e Coordenador do Curso de Direito, no total de mais de 17 anos, nas seguintes instituições: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Centro Universitário de Campo Grande, UNIEMS e na Faculdade Estácio de Sá. Tem experiência na área do Direito Público, com ênfase no Direito Financeiro, Administrativo, Tributário e Constitucional. Atualmente é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul - TCE/MS e Diretor da Escola Superior de Contas - Escoex. Além disso, é Presidente da Academia Sul Mato-grossense de Direito Público; Membro Correspondente da Academia Paulista de Letras Jurídicas; Membro da Sociedade Brasileira de Direito Financeiro; Diretor da Sociedade Paulista de Direito Financeiro; e Diretor da Sociedad Hispanobrasileña de Derecho Comparado.

l) Luiz Henrique Volpe Camargo

Doutor em Direito Processual Civil (PUC/SP)

Especialista em Direito Processual Civil (UCDB)

Advogado, Professor e Secretário Adjunto do Instituto de Direito Processual Civil de Mato Grosso do Sul

m) Fábio Caldas de Araujo

Pós-doutor pela Univ. de Lisboa – Portugal;

Doutor em Direito Processual Civil (PUC/SP);

Professor universitário e Autor de diversas obras jurídicas.

n) Olavo de Oliveira Neto

Livre Docente em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e com graduação (1984), mestrado (1992) e doutorado (1996) pela mesma instituição de ensino superior, realizou estudos de pós-doutorado na Università degli Studi di Milano em 1999/2000. Professor de Direito Processual Civil dos cursos de graduação, mestrado e doutorado da PUCSP, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, da Escola Paulista da Magistratura e de inúmeros cursos de especialização. Juiz de direito aposentado, foi titular da 39ª Vara Cível de São Paulo e Juiz Assessor da Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, no biênio 2014/2015, atuando, em especial, com a admissibilidade de recursos para os Tribunais Superiores e com o processamento de recursos repetitivos. Antes de ingressar na magistratura foi Promotor de Justiça e Procurador



do Estado, ambos no Estado de São Paulo. Dentre vários prêmios recebidos, em 1998 recebeu o prêmio "Professor Nota 10". Atua hodiernamente como Advogado e Consultor Jurídico, principalmente nas áreas de direito processual civil e direito processual constitucional.

11. Informações e Inscrições

Escola de Direito do Ministério Público - EDAMP

Rua Mendel, 197, bairro Carandá Bosque I, Campo Grande/MS

Telefones (67) 98192-9241; 3326-1720

Local das aulas: Centro Universitário UNIGRAN Capital

Rua Abrão Júlio Rahe, 325, Centro, Campo Grande/MS